Revista de História Comparada
ISSN: 1981-383X
Ano 20 – Edição 20 – Número 01

À MESA DA CIVILIZAÇÃO:

ALIMENTAÇÃO, SOCIABILIDADE E DISTINÇÃO NAS VIAGENS DE LONGO CURSO DA MARINHA DO BRASIL (SÉCULOS XIX–XX)

Sergio Willian de Castro Oliveira Filho*

Resumo: O presente artigo analisa os discursos relacionados às práticas alimentares e comportamentos à mesa por parte de oficiais da Marinha do Brasil durante as viagens de longo curso realizadas na segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX. A partir da leitura de relatos de viagem, relatórios oficiais, periódicos e memórias produzidos por comandantes e oficiais navais, discutimos em que medida banquetes, almoços, jantares e recepções a bordo dos navios constituíram-se em instrumentos centrais de representação diplomática e de afirmação de uma pretensa civilidade brasileira em contextos de encontros culturais. O artigo demonstra como o ato de comer extrapolava a satisfação de necessidades fisiológicas, convertendo-se em uma linguagem social marcada por gestos, rituais, escolhas alimentares e códigos de autocontrole. Nessas ocasiões, a alimentação operava como marcador simbólico de distinção social, permitindo aos oficiais brasileiros projetarem uma imagem de refinamento, ordem e pertencimento à modernidade ocidental, em consonância com modelos europeus hegemônicos. Assim, o estudo evidencia o papel das práticas alimentares na construção discursiva da identidade nacional e na atuação da Marinha de guerra como instrumento de diplomacia cultural em tempos de paz.
Palavras-Chave: Alimentação; Civilização; Viagens; Marinha do Brasil.

Abstract: This article analyzes the discourses related to eating practices and table manners among Brazilian Navy officers during long-distance voyages undertaken in the second half of the 19th century and the first decade of the 20th century. Based on the reading of travelogues, official reports, periodicals, and memoirs produced by naval commanders and officers, we discuss the extent to which banquets, lunches, dinners, and receptions aboard ships constituted central instruments of diplomatic representation and the affirmation of a supposed Brazilian civility in contexts of cultural encounters. The article demonstrates how the act of eating transcended the satisfaction of physiological needs, becoming a social language marked by gestures, rituals, food choices, and codes of self-control. On these occasions, food functioned as a symbolic marker of social distinction, allowing Brazilian officers to project an image of refinement, order, and belonging to Western modernity, in line with hegemonic European models. Thus, the study highlights the role of food practices in the discursive construction of national identity and in the Navy's role as an instrument of cultural diplomacy in times of peace.
Keywords: Food; Civilization; Travels; Brazilian Navy.

* Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor colaborador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), realizando Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF). Oficial historiador da Marinha do Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6322-793X. E-mail: sergiowcofilho@gmail.com

Introdução

> Era mister que não deixássemos a joia do Malabar sem darmos um último sinal de que não éramos uns botocudos fardados, mas participantes da civilização contemporânea. Dei, pois, a bordo, no dia 19, um banquete a que assistiram, além do redator do *Times of India* e algumas autoridades do lugar, diversas outras pessoas das mais distintas da cidade, tendo sempre reinado a mais perfeita cordialidade entre os convivas[1] (Mello, 1896, p. 337).

Ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX, as viagens de longo curso realizadas por navios da Marinha do Brasil constituíram-se em relevantes espaços de encontros culturais, nos quais oficiais e tripulações se viram continuamente instados a representar a nação perante observadores estrangeiros e leitores brasileiros que teriam acesso aos escritos referentes às viagens (relatos e relatórios).

Não apenas a disciplina militar, a organização material dos navios ou o domínio técnico da navegação estavam em evidência, mas também um conjunto de práticas cotidianas por meio das quais se buscava demonstrar a inserção do Brasil no concerto das nações consideradas "civilizadas". Entre essas práticas, a alimentação - compreendida tanto como o ato de comer quanto como o conjunto de gestos, rituais e sociabilidades que se estruturavam em torno da mesa - assumiu papel central na construção discursiva e performática de uma pretensa civilidade brasileira.

Ao se examinar, de modo sistemático, os diferentes registros documentais produzidos por oficiais da Marinha do Brasil, nota-se como eles representaram práticas alimentares, comportamentos à mesa e formas de sociabilidade em viagens de longo curso realizadas nesse período. Mas além disso, percebe-se que, sob o prisma da história comparada, a análise desse corpus documental pode ser útil para se observar aproximações, diferenças e deslocamentos entre fontes, viagens, temporalidades e modalidades de escrita - relatórios oficiais, relatos memorialísticos, publicações em periódicos e impressos navais - a fim de se compreender como a mesa foi transformada em instrumento de distinção social, diplomacia cultural e representação da civilidade brasileira.

Os banquetes, almoços, jantares e recepções oferecidos a bordo dos navios brasileiros, bem como a participação dos seus oficiais em eventos semelhantes em terra, foram reiteradamente mobilizados nos relatos de viagem e relatórios oficiais como demonstrações evidentes de refinamento, autocontrole e distinção social. A escolha dos pratos, a disposição

[1] Optamos por transcrever todas as fontes citadas no presente artigo com atualização para a ortografia atual.

da mesa, o uso correto de talheres e louças, os brindes com bebidas importadas, a música executada e o comportamento esperado dos convivas configuravam-se como marcadores simbólicos de uma alimentação "civilizada", em consonância com os modelos europeus então hegemônicos.

Assim, mais do que satisfazer necessidades fisiológicas, o comer tornava-se uma linguagem social e política, por meio da qual os oficiais da Marinha do Brasil buscavam afastar-se de estigmas de barbárie associados às origens indígenas e africanas da população brasileira, projetando, à mesa, uma imagem de ordem, polidez e pertencimento à modernidade ocidental.

A documentação que a seguir será trabalhada reúne, principalmente, escritos de comandantes e oficiais de navio da Marinha do Brasil: os relatórios da viagem da Corveta "Imperial Marinheiro" à Europa entre 1857-1858, comandada por Francisco Cordeiro Torres e Alvim e da viagem à Europa pelo Couraçado "Floriano" em 1901, comandado por Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes; as memórias e relatos produzidos em torno das viagens da Corveta "Bahiana" ao Pacífico em 1853, pelo Imediato do navio Francisco Pereira Pinto, da Corveta "Vital de Oliveira" também ao Pacífico em 1876, pelo médico do navio Dr. Luiz Agapyto da Veiga, da volta ao mundo pelo Cruzador "Almirante Barroso" realizada entre 1888-1890, especialmente por seu comandante, Custódio José de Mello, e um dos seus oficiais, Theophilo Nolasco d'Almeida, bem como as memórias de Adolpho Caminha que era um dos oficiais desse navio durante uma viagem aos Estados Unidos em 1886. A esses textos somam-se notícias de periódicos publicados no Rio de Janeiro, como o Correio Mercantil e o Jornal do Brasil, cuja leitura permite confrontar a autorrepresentação dos oficiais com formas públicas de circulação dessas imagens.

Pelo caráter governamental de todas essas viagens, pode-se inferir as nuances diplomáticas pelas quais tais missões revestiram-se. Desse modo, sentar-se à mesma mesa e compartilhar uma refeição é um dos atos diplomáticos mais frutíferos para se chegar a acordos conjuntos, firmar parcerias, selar amizades e angariar simpatias. Consoante Yves Schemeil e Jean Marc-Albert:

> As mesas dos banquetes onde é de bom tom sentar-se e permitir-se comer e beber também são substitutos preciosos dos espaços de deliberações (...) [nas] salas de banquetes (...) as negociações e transações mais ou menos confessáveis ou informais se desenvolvem (Schemeil, 2011, p. 1211).

> A arte da mesa é uma arte de governar. Como local de tomada de decisões, de demonstração de força, de integração e de exclusão, de hierarquização ou de nivelamento, a mesa constitui uma das ferramentas políticas mais sutis e mais eficazes (Albert, 2011, p. 11).

Leila Algranti, por sua vez, ao examinar a hospitalidade doméstica dirigida a estrangeiros no Rio de Janeiro no início do século XIX, ressalta que:

> Um convite para jantar, tomar chá ou cear era uma forma de expressar consideração e interesse pelo convidado, fosse estrangeiro ou não. Comer e beber junto fazia parte das normas de etiqueta e deferência social da época. Não raro se procurava elaborar um cardápio que garantisse o sucesso do evento (Algranti, p. 572, 2020).

Apesar de o objeto de Algranti ser diverso do que aqui será discutido, pode-se observar similaridades das abordagens, pois de modo análogo ao enfoque da autora sobre a hospitalidade e a comensalidade doméstica, tais dinâmicas eram replicadas a bordo dos navios de guerra brasileiros em portos estrangeiros, onde toda a ritualística envolvida nestas ações era preparada meticulosamente especialmente quando se tem interesses diplomáticos envolvidos, desde o cardápio, as posições à mesa, as pessoas convidadas, até o local de realização do evento, sua programação e ornamentação do ambiente.

Essa participação comum à mesa aflora como um sinal de pertencimento a um grupo, podendo este ser a família, mas também uma comunidade mais ampla, entretanto, Massimo Montanari faz uma ressalva a este respeito:

> Comer junto não necessariamente significa estar em perfeita harmonia. Se a mesa é a metáfora da vida, ela representa de modo direto e preciso não apenas o pertencimento a um grupo, mas também as relações que se definem nesse grupo (Montanari, 2008, p. 160).

Nesse sentido, mesmo compartilhando a mesa e comendo dos mesmos alimentos, os banquetes, jantares e almoços envolvendo os homens da Marinha do Brasil e autoridades dos países visitados no período aqui trabalhado, estavam envoltos em certa hierarquização, a qual se manifestava na lista de convidados (nem sempre todos os oficiais eram convidados aos eventos), na disposição destes à mesa, no cardápio, na relação de pessoal a quem seria facultado a fala no momento dos discursos e brindes.

Tais tipos de banquetes que envolviam interesses atinentes à diplomacia e às relações internacionais, iam muito além do que se comia, passando pelo que se via e como se via. Impressionar o convidado com uma apresentação refinada fazia parte deste "teatro", assim

como os convidados buscavam impressionar o anfitrião com seus modos igualmente refinados.

O ato de comer aqui não se trata da atividade-fim, na medida em que todos os convidados poderiam suprir plenamente suas necessidades de subsistência por conta própria. Os banquetes, jantares, almoços que os militares da Marinha do Brasil tomaram parte enquanto convidados ou organizadores nas viagens aqui prescrutadas se enquadram no que Jean-Marc Albert denomina de "utilização política da mesa", cujo "objetivo não é alimentar pessoas que de todo modo não conhecem a fome, e sim mostrar seu poder. A dádiva do alimento aqui é apenas simbólica e tem como objetivo, em primeiro lugar estruturar o imaginário do poder" (2011, p. 120).

Desse modo, a problematização central presente nas linhas a seguir consiste em investigar de que maneira os oficiais brasileiros buscaram transformar banquetes, almoços, jantares, recepções, matinês e ações de caridade alimentar em evidências de pertencimento à modernidade ocidental.

Oficiais da Marinha, fontes e regimes de comparação nas viagens

Antes de comparar os eventos de mesa propriamente ditos, se faz necessário fazer uma breve digressão e qualificar os sujeitos que produziram os registros analisados. Os autores dos registros eram oficiais da Marinha do Brasil, situados em posições hierárquicas distintas, mas vinculados ao universo letrado, disciplinar e socialmente seletivo do oficialato. Alguns deles alcançariam os mais altos postos da Marinha, exerceriam funções políticas e receberiam a investidura nobiliárquica de barão.

Comandantes como Francisco Cordeiro Torres e Alvim[2], Custódio José de Mello[3] e Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes[4] e escreviam a partir de lugares de autoridade

[2] Francisco Cordeiro Torres e Alvim, o Barão de Iguatemi (1822-1883): nascido no Desterro (atual Florianópolis), era proveniente de família abastada, sendo filho do Almirante e político luso-brasileiro Miguel de Sousa Melo e Alvim. Francisco Torres e Alvim ingressou na Marinha em 1839 tendo chegado em sua carreira ao posto de Almirante. Lutou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, recebendo o título nobiliárquico de Barão de Iguatemi após o término do conflito.

[3] Custódio José de Mello (1840-1902): nascido em Salvador-BA. Era filho do Tenente-Coronel José Francisco de Mello. Custódio de Mello ingressou na Marinha em 1856 tendo chegado ao posto de Vice-Almirante. Lutou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Exerceu os cargos políticos de Deputado Constituinte e Ministro da Marinha, da Guerra e das Relações Exteriores. Foi o principal líder das duas Revoltas da Armada em 1891 e 1893-94.

[4] Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes (1852-1919): nascido em Porto Alegre-RS, era filho do Major engenheiro do Exército Vicente de Huet Bacellar Pinto Guedes. Duarte Pinto Guedes ingressou na Marinha em 1868 tendo chegado ao posto de Contra-Almirante.

institucional, preocupados em registrar o êxito das missões, a ordem dos navios e a boa imagem projetada no exterior. Já oficiais mais modernos na hierarquia naval que os comandantes, como Francisco Pereira Pinto[5], Luiz Agapyto da Veiga[6], Adolpho Caminha[7] e Theophilo Nolasco d'Almeida[8], embora integrados ao mesmo universo social e militar, produziram narrativas memorialísticas nas quais aparecem com maior liberdade impressões pessoais, julgamentos estéticos e descrições sensoriais das experiências vividas.

Essa diferença entre posições de escrita é decisiva para a abordagem comparativa. Nos relatórios oficiais, a mesa tende a aparecer como sinal de disciplina, prestígio e sucesso diplomático; nas memórias e relatos de viagem, ela se torna também espaço de observação sensível, de distinção individual e de elaboração literária. Nos periódicos, por sua vez, os eventos alimentares surgem como acontecimentos públicos, capazes de ampliar a visibilidade da Marinha e de produzir imagens de reciprocidade entre Brasil e nações estrangeiras. Assim, a comparação entre documentos permite perceber que a alimentação não ocupa sempre o mesmo lugar narrativo: ora é descrita pelo que se serve, ora pelo modo como se recebe, ora pelo efeito político e simbólico que produz.

Entre 1888 e 1890 a Marinha do Brasil, por intermédio do Cruzador "Almirante Barroso" realizou uma viagem de circum-navegação (a segunda da história da instituição). Dentre os registros a respeito da viagem, um livro publicado alguns anos após o retorno do navio ao Brasil e escrito pelo comandante da expedição tornou-se uma das principais fontes a respeito da viagem. A citação que abre o presente artigo consiste em um trecho do referido livro, onde se vê com clareza a ideia de que ser partícipe da "civilização contemporânea", era

[5] Francisco Pereira Pinto, o Barão de Ivinhema (1817-1911): nascido no Rio de janeiro, ingressou na Marinha em 1828 tendo chegado ao posto de Almirante. Lutou na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, tendo recebido o título de Barão em 1873.

[6] Luiz Agapyto da Veiga (1851-1901): nascido em Cantagalo-RJ, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Côrte, tendo ingressado na Marinha em 1874 no posto de 2º Cirurgião da Armada. Não seguiu carreira na Marinha do Brasil, de modo que em 1878 já não fazia parte das fileiras da força naval. Após sua saída da Marinha exerceu a medicina na cidade do Rio de Janeiro, além de ter sido Deputado Provincial no período monárquico.

[7] Adolpho Ferreira dos Santos Caminha (1867-1897): nascido em Aracati-CE. Ingressou na Marinha em 1883, mas no ano de 1888 pediu baixa da instituição. Hoje é mais conhecido por suas obras literárias do estilo naturalista ("A Normalista", "O Bom Crioulo" e "Tentação"), contudo, de forma diversa dos demais oficiais aqui citados, Caminha, após sua saída da Marinha, enfrentou muitas dificuldades financeiras e morreu precocemente, aos 29 anos de idade, em decorrência de uma tuberculose.

[8] Theophilo Nolasco D'Almeida (1868-1947): nascido em Desterro (atual Florianópolis-SC), ingressou na Marinha em 1884 tendo chegado ao posto de Capitão de Fragata. Tomou parte da Revolta da Armada (1893-94) tendo sido por isso reformado, contudo, após a anistia foi readmitido e passou a exercer as funções de professor da Escola Naval.

uma das principais impressões que o Almirante Custódio de Mello[9] desejava deixar da tripulação brasileira do Cruzador "Almirante Barroso" em sua passagem por Bombaim na Índia e em outros recantos do mundo por onde o navio passou.

O banquete a bordo oferecido às autoridades britânicas em 19 de fevereiro de 1890, buscava sinalizar, nas palavras do próprio almirante em um forte tom racialista vigente à época, que os brasileiros não eram "botocudos fardados", isto é, selvagens. É interessante notar que além das autoridades coloniais britânicas, o convite ao banquete se fez extensivo ao redator do periódico *The Times of India*, um dos mais importantes jornais de língua inglesa publicados na Ásia à época, o que visava um maior alcance das impressões positivas que o banquete pretendia alcançar.

Era, pois, mister desfazer qualquer laço com outras raízes que não as de origem europeia para demarcar que o Brasil, inseria-se no concerto das nações "civilizadas", o que pressupunha um total afastamento social e cultural e até mesmo a negação das origens indígenas e africanas na formação do país, conforme os ditames racialistas do período, mesmo que tais origens fossem inegáveis e estivessem estampadas nas faces dos militares brasileiros. Assim, a imagem de oficiais brasileiros europeizados perante as autoridades britânicas da Índia se fazia fundamental na concepção do almirante Custódio de Mello.

A mesma linha de raciocínio foi seguida por um dos oficiais da tripulação do navio, o Guarda-Marinha Theophilo Nolasco d'Almeida, que após a viagem também publicou um livro com suas impressões acerca da viagem de volta ao mundo. D'Almeida aponta que outro evento dado a bordo do cruzador, desta vez uma matinê em Barcelona no dia 27 de maio de 1890, teria servido para mudar o conceito que os espanhóis até então tinham dos brasileiros:

> No dia 27 de maio oferecemos a bordo uma matinée à sociedade espanhola, transformando, como de costume, nosso navio (...) Isto de algum modo desfez o juízo que de nós faziam, pois que, sendo a nossa marinhagem de africanos e mestiços, [os espanhóis] diziam dever estar [o navio] muito sujo. No entanto, devo confessar que era imensa a admiração que manifestavam todos, ao entrar a bordo, diante do asseio geral do cruzador brasileiro (D'Almeida, 1902, pp. 286-287).

[9] Quando da partida do navio do Rio de Janeiro em 1888, o comandante do Cruzador "Almirante Barroso", Custódio de Mello, era Capitão de Mar e Guerra, mas durante a viagem o militar foi promovido ao posto de contra-almirante, especificamente no dia 8 de janeiro de 1890. Com isso, ao tomar conhecimento de sua promoção, Custódio de Mello passou o comando do cruzador ao seu imediato, o Capitão de Fragata Joaquim Marques Baptista de Leão. Entrementes, permaneceu a bordo e seguiu viagem no cruzador até o final da comissão.

Segundo o Guarda-Marinha d'Almeida, o fato de a marinhagem do navio ser formada majoritariamente por mestiços e negros teria levado os espanhóis a acreditarem que o navio deveria ser sujo e desorganizado, um reflexo da barbárie contida na origem dos brasileiros. Não obstante, tal impressão teria sido dissolvida ao adentrarem para o evento e perceberem a limpeza, organização e decoração feita pela tripulação brasileira.

Três décadas antes, quando da viagem da Corveta "Imperial Marinheiro" a diversos portos da Europa em 1857, ponderações semelhantes foram feitas pelo Comandante Francisco Torres e Alvim em seu relatório de viagem. Estando o navio em Palermo, na Sicília, Alvim esboça a surpresa da população local ao visitar o navio brasileiro:

> Algumas pessoas que nos visitaram em Palermo mostraram-se admiradas por não encontrar a bordo gente toda negra e por achar civilização em nossos costumes. Persuadidas de que os nossos marinheiros andavam de tangas e dançavam à moda africana, tiveram também o seu desapontamento vendo o contrário (Correio Mercantil, 22 set. 1858, p. 1).

Tendo sua guarnição massivamente formada por negros, pardos e indígenas, o Comandante Alvim buscou contrapor tal realidade aos estereótipos a respeito dos brasileiros, e ao apontar o engano e desapontamento dos sicilianos ao não encontrarem a bordo marinheiros trajando "tangas" ou dançando "à moda africana", contraditoriamente, o comandante brasileiro reforçava o discurso civilizacional eurocêntrico, no qual os modos e costumes dos militares seriam idênticos aos dos europeus, isto é, seriam "civilizados" e que, mesmo sua marinhagem não sendo em sua maioria composta por homens brancos, ainda sim seu comportamento o era, conforme os ditames racialistas imperantes que tratavam a polidez, cortesia e civilização como traços distintivos do homem branco.

A comparação entre os textos de Alvim, Mello e d'Almeida mostra que o mesmo problema, isto é, a necessidade de refutar imagens estrangeiras de atraso, sujeira ou barbárie, foi reiterado em temporalidades e espaços distintos. No caso de Alvim, em 1857, a resposta aparece associada à surpresa europeia diante de uma tripulação brasileira que não correspondia ao imaginário racialista sobre o Império brasileiro. No caso de Mello e d'Almeida, em 1890, a preocupação desloca-se para a performance organizada do navio em eventos sociais, nos quais asseio, disciplina e hospitalidade funcionavam como contrapontos à leitura racializada da marinhagem. Assim, a mesa e a visitação pública não apenas ilustravam a civilidade: elas operavam como provas encenadas contra expectativas estrangeiras negativas.

Nas três perspectivas, do Almirante Custódio Mello, do Capitão de Fragata Torres e Alvim e do Guarda-Marinha Nolasco d'Almeida, a reverberação do discurso de que o Brasil (representado pelo Cruzador "Almirante Barroso" e pela Corveta "Imperial Marinheiro") e sua população (representada pelas tripulações dos navios), apesar de sua constituição histórica, não estariam excluídos da civilização moderna, mas pelo contrário, sob o prisma do pensamento de origem iluminista, tal civilização estava em uma marcha progressiva na medida em que etapas eram cumpridas.

Nessa medida, os oficiais brasileiros reconheciam a força dos estereótipos raciais dirigidos ao país, mas procuravam neutralizá-los pela demonstração de condutas consideradas civilizadas que tinham por bússola os ditames europeus de civilidade e comportamento. A diferença está no modo de construção dessa "prova": Alvim enfatiza o contraste entre a expectativa estrangeira e a realidade observada; Mello mobiliza o banquete como gesto diplomático; já d'Almeida valoriza o efeito visual do asseio e da ordenação do navio sobre os visitantes.

Essa noção de distinções civilizacionais, partia do pressuposto de que níveis hierárquicos pré-estabelecidos e de teor fortemente racialista, que iam da "barbárie" à "civilização" deveriam ser alcançados gradativamente, como sugerido nos escritos do Conde de Buffon, o qual, partindo de numerosos relatos de viagem dos séculos XVII e XVIII desenvolveu sua enciclopédica obra de 36 volumes, a "História Natural", publicada entre 1749 e 1804, na qual, consoante Tzvetan Todorov "articula sobre essa hierarquização: [na qual] no cume se encontram as nações da Europa setentrional, logo abaixo os outros europeus, depois vêm as populações da Ásia e África, e, na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos" (Todorov, 1993, p. 115).

Por conseguinte, havia nos relatos dos oficiais navais brasileiros que visitavam nações europeias uma constante exultação das qualidades das suas populações tidas por superiores pelos próprios comandantes dos navios brasileiros, como se pode perceber na ode feita à França e aos franceses pelo Capitão de Fragata Torres e Alvim, quando da chegada da Corveta "Imperial Marinheiro" a Toulon em 1857:

> Com que entusiasmo, pois, não saudamos essa bela França, a quem os brasileiros em grande parte devem a primorosa cultura da inteligência, o desenvolvimento de um espírito progressista, e essa tendência para dar ao Brasil na América a nobilíssima e ilustrada posição que ela ocupa na Europa (Correio Mercantil, 24 maio 1858, p. 1).

Lança-se aí aos seus leitores um modelo civilizatório segundo o qual o Brasil necessitava inexoravelmente seguir. Assim, a limpeza, a ordem e a disciplina eram características fulcrais que cada comandante brasileiro almejava que fossem vistas pelos estrangeiros que porventura visitassem os seus navios estacionados em portos espalhados pelo globo, para que estes reconhecessem nos brasileiros os sinais de uma evolução civilizatória. Em um contexto que dominava a acepção de uma superioridade civilizacional dos povos europeus, receber elogios de autoridades políticas e militares das nações "mais avançadas" era uma chancela de que o Brasil, ou pelo menos os navios da Marinha de guerra brasileiros, caminhavam rumo à excelência da civilidade, e deste modo comprovar o êxito dos comandantes em suas missões diplomáticas.

Por tal motivo, o Comandante Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, do Couraçado "Floriano" fez questão de registrar em seu relatório de viagem que, quando da passagem do navio por La Spezia em março de 1901, uma excelente impressão deixara no ilustre visitante do navio, o Duque de Gênova, Príncipe Tommaso de Saboia:

> Conquanto não seja costume o duque de Gênova retribuir pessoalmente os cumprimentos oficiais, senão de patentes iguais à sua, na manhã do dia 17 de março, pelas 9 horas, apresentou-se a bordo do Floriano, manifestando sua satisfação pela amável cortesia que nesse momento o Brasil dispensava à Itália (...).
> O Duque permaneceu por mais de uma hora a bordo conhecendo o navio, conversando com o Comandante e deixando-o bastante satisfeito por ter elogiado o "asseio, ordem e disciplina do navio" (Guedes, 1902, pp. 180-181).

Em outra ocasião da mesma viagem, desta feita em Lisboa, o Comandante Pinto Guedes apontou a boa impressão causada pelo "Floriano" às autoridades lusitanas. Logo ao chegar à cidade em 17 de abril, o Ministro da Marinha de Portugal foi a bordo conhecer a nova belonave brasileira recém-saída dos estaleiros franceses:

> o qual percorreu todo o navio, cujo aspecto lhe mereceu os mais largos elogios. Foi-lhe servida na câmara uma taça de champagne, brindando S. Ex. ao Dr. Campos Salles e a prosperidade do povo brasileiro: agradeci, brindando ao Sr. D. Carlos e à prosperidade do povo português. Durante a permanência de S. Ex. a bordo, tocou a charanga vários trechos de operas e ao retirar-se tocou o hino português (Guedes, 1902, p. 185).

São enumerados vários elementos que denunciam o constructo discursivo do comandante brasileiro no sentido de demonstrar os seus atributos civilizacionais: a taça de champagne é servida, brindes são feitos aos governantes de Brasil e Portugal, óperas e o hino

nacional português são tocados pela banda. Isto é, em um só evento buscou-se demonstrar que os membros da tripulação eram hospitaleiros, gentis, refinados e conhecedores dos comportamentos adequados às circunstâncias vividas.

Em outro ponto de seu relatório, Pinto Guedes relataria que até na Alemanha, famosa por seus rígidos modos e comportamento severo e disciplinado, o navio sob seu comando recebera elogios do Príncipe Henrique da Prússia quando da visita do nobre alemão à belonave estacionada no porto de Kiel: "Foi sua alteza recebido a bordo com todas as honras e passou revista minuciosa no navio, fazendo-me os maiores elogios pela boa ordem e asseio do que observava" (Guedes, 1902, p. 192).

Francisco Cordeiro Torres e Alvim, comandante da Corveta "Imperial Marinheiro" aponta que quando da passagem do navio por Lisboa em 1857, o próprio monarca português (D. Pedro V) acompanhado de seu pai e de seu irmão visitara o navio brasileiro. A visita ocorrera no dia 03 abril daquele ano e o Comandante Alvim faz questão de demonstrar em seu relatório como sua tripulação sabia bem receber as autoridades reais com requinte e civilidade:

> Terminada a mostra, era natural tomar um momento de repouso e alguma refeição. Estava na câmara preparada a mesa para SS. MM. e AA. e na praça d'armas para a corte e convidados.
> Procurara o comandante dar ao seu aposento o ar suntuoso que o caso requeria; por isso não faltavam tapetes, sedas, flores e outros ornamentos que seria ocioso mencionar (Correio Mercantil, 20 mar. 1858, p. 1).

O ar suntuoso construído de quadros com as pinturas dos visitantes, tapetes, sedas, flores e ornamentos denotam a boa impressão que se queria repassar e a ideia de bom gosto civilizado do comandante brasileiro. Por mais que o navio de guerra fosse um ambiente rude, com homens e equipamentos cuja missão precípua era a batalha, quando as circunstâncias o exigiam, por exemplo ante a visita de uma autoridade política, o mesmo navio e seus homens assumiam outra feição impondo a si mesmos o autocontrole e o refinamento dos modos.

Tal concepção da civilização enquanto um processo de autocontrole comportamental dos indivíduos coaduna-se com a abordagem de Norbert Elias sobre as sociedades francesa e alemã dos séculos XVIII e XIX, cujas elites passam a perceber e apregoar a "civilização como um processo que deve prosseguir" (Elias, 1994, p. 62). Esta civilização estaria forjada em diversos aspectos sociais: a educação letrada, a adequação da legislação penal e civil das nações a uma perspectiva "humanitária", o refinamento das maneiras e dos gostos (à mesa, no

ambiente doméstico, nos salões, etc.), a redução da violência, dentre outros ditames que extirpariam os sinais da barbárie entre os povos.

Mas, acima de tudo, esse conceito de civilização em Elias se volta para uma noção de "autocontrole" social que paulatinamente se imiscui nos sujeitos como necessário à consciência da civilização, daí a multiplicação de diretivas em publicações do período em que cada vez mais se esboça a noção de controle das pulsões: manuais de comportamento, relatos de viagem, apologias à civilidade de certas nações, críticas à "barbárie" de determinados povos.

Essa internalização de hábitos criou uma hierarquização de práticas, onde, logicamente, algumas nações europeias se sobressaiam como expoentes dos comportamentos apropriados a serem seguidos. França, Inglaterra, Alemanha – e, depois, os Estados Unidos – passaram a ser apontados como alguns desses baluartes de civilidade, cujo modelo deveria ser mimetizado pelas jovens nações americanas que alcançaram suas independências no século XIX.

Assim, numerosas seriam as formas de manifestação de uma pretensa civilidade brasileira apresentadas pelos representantes da nação nas viagens de longo curso da Marinha do Brasil no período sob nossa análise. A civilização poderia estar representada, por exemplo, no próprio navio, como foi o caso do Cruzador "Almirante Barroso" em sua viagem aos Estados Unidos em 1886.

Construído no Brasil, com um projeto nacional e moderno, além de casco, maquinário e material nacionais, o navio foi lançado ao mar em 1882 e a viagem aos Estados Unidos quatro anos depois foi uma forma de mostrar ao mundo, na Exposição Industrial de Nova Orléans, o cruzador como uma proeza da indústria naval brasileira. Adolpho Caminha que fizera parte da tripulação do navio na referida viagem como guarda-marinha, relata que:

> O belo cruzador brasileiro começou logo a ser o alvo dos curiosos de todas as nações ali representadas. (...) E quando afirmávamos que a máquina do *Barroso* era de ferro Ipanema e d'outros metais brasileiros, que todo o navio, da popa à proa, era construção inteiramente nacional, subia de pronto a surpresa dos nossos vizinhos.
> O quê! No Brasil já se constroem navios de guerra? – *It is impossible*!... (Caminha, 1894, pp. 83-84).

Mesas diplomáticas: alimentação e distinção social

Outra manifestação do grau de "civilização" dos nautas brasileiros seria demonstrada através da recepção a bordo aos habitantes locais. Nesse sentido, uma prática ainda hoje realizada por navios em portos estrangeiros em tempos de paz, consiste em abrir o navio para visitação pública, ou para eventos (bailes, matinês, soirées, almoços, jantares, etc.) destinados a pessoas convidadas. Especialmente em nosso recorte, havia da parte dos comandantes dos navios uma preocupação em sempre passar a melhor impressão possível do asseio, organização e disciplina reinantes nos vasos de guerra sob as suas ordens.

E nesse contexto os aspectos relacionados às práticas alimentares e ao comportamento à mesa ganha especial destaque nessa busca pela apresentação do grau civilizacional da classe militar brasileira, especialmente nos eventos sociais realizados a bordo dos navios ou com a participação dos militares brasileiros em outros espaços.

Tais ocasiões serviriam como mostras da civilidade dos oficiais, onde os gestos, o que e quando falar (e também calar), o que se comia e bebia, o uso correto dos talheres, taças e copos, a postura corporal, enfim, os comezinhos modos apregoados nos múltiplos manuais de comportamento social deveriam fazer parte do repertório dos homens da Marinha do Brasil, ou mais especificamente dos seus oficiais que eram aqueles que tomavam parte dos grandes eventos sociais em nações estrangeiras e que, à época, eram provenientes das classes mais abastadas da sociedade brasileira, ou de extratos mais favorecidos que a grande maioria da população do país. Tudo isso os revelaria como dotados das características do *"honnête homme"*, isto é, o:

> Cidadão decente, bem-educado (...) [o qual] tem raízes na noção de fidalguia característica do século XVIII, mas (...) [com] um colorido burguês. Sugeria boas maneiras, tolerância, moderação, contenção, pensamento claro, espírito de justiça e um saudável auto-respeito (Darnton, 2006, p. 182).

Dentre os aspectos da vida social o comer tornou-se, no contexto do "processo civilizador" ocidental, uma prática que sofreu inumeráveis intervenções no decorrer da história. Cada vez mais diretrizes sobre o que era aceitável ou não à mesa foram adicionadas pelos manuais de comportamento social. Na medida em que a alimentação passou a ser compreendida como algo muito além do suprimento de uma necessidade fisiológica humana, o compartilhar alimentos foi dotado de uma rígida estrutura cujas pulsões deveriam ser contidas.

Quando à mesa, gestos, sons, palavras, odores, tudo deveria ser moldado por comportamentos "civilizados". Nas palavras de Florent Quellier, as novas maneiras à mesa apregoadas a partir da modernidade, trouxeram consigo novas maneiras de ser, onde o estômago não poderia se sobressair, pelo contrário, a reformulação civilizacional implicou em uma negação das funções naturais do corpo:

> À mesa, o comensal não deve, por meio de seu comportamento, causar repulsa aos seus companheiros. Esse comportamento busca evocar um instinto animalesco. O comensal, pautado pela civilidade, deve constantemente monitorar a si mesmo, moderar o apetite, controlar seus gestos (não coçar a cabeça, o nariz ou as orelhas, não usar palito de dente, não brincar com a faca) e sentar-se ereto (não se inclinar sobre o prato, não se deitar sobre a mesa). Os gestos são particularmente codificados: como se servir, cortar e levar a comida à boca, mastigar e não engolir. O mesmo se aplica à fala: não falar de boca cheia, não proferir palavrões, não fazer ruídos inapropriados, não marcar cada gole com um pequeno som de satisfação. Deve-se evitar olhar para a carne com cobiça, nem espiar os pratos dos outros comensais. Também é considerado indelicado cheirar a carne antes de comê-la, como faria um animal (Quellier, 2021, p. 604, tradução nossa).

Na segunda metade do século XIX todos esses ditames compunham o repertório que os oficiais da Marinha do Brasil deveriam seguir quando à mesa ou em eventos sociais. Mais ainda se exigia, quando em viagens ao exterior e o contato a ser feito era com estrangeiros detentores de elevada posição social.

Entre 29 de junho e 20 de julho de 1876, durante a estadia da Corveta "Vital de Oliveira" em Guayaquil, no Equador, o médico do navio Dr. Luiz Agapyto da Veiga indica em suas impressões sobre a vigem que: "Nesses dias já muitos cavalheiros vinham a bordo visitar o navio e passavam alguns momentos ou horas conosco, acompanhando-nos no almoço ou jantar" (Veiga, 1877, p. 81).

De maneira similar, em 1853, quando pela primeira vez um navio da Marinha do Brasil – a Corveta "Bahiana" - visitou um porto chileno, mais especificamente na cidade de Valparaíso, a belonave brasileira foi, consoante o imediato do navio, Capitão-Tenente Francisco Pereira Pinto: "visitada por grande número de pessoas de todas as classes, distinguindo-se entre elas o nosso encarregado de negócios, o cônsul espanhol, o vice-cônsul brasileiro e vários compatriotas nossos" (Pinto, mar. 1854, p. 5).

A Corveta "Imperial Marinheiro" por sua vez, durante a viagem que fez pela Europa no ano de 1857, ficou disponível para visitação em todos os portos que tocou. Estando em Gênova no final de junho daquele ano, o Comandante Alvim faz menção a tais visitas e eventos a bordo: "A corveta foi continuamente visitada por muita gente de todas as classes

(...) No dia 25 teve o comandante a satisfação de dar a bordo um jantar a várias autoridades marítimas do porto" (Correio Mercantil, 16 jun. 1858, p. 1).

Todavia, para os comandantes eram muito mais relevantes que as visitas corriqueiras aos navios de pessoas de "todas as classes" os eventos de maior porte realizados a bordo, onde podia-se servir elaboradas refeições e dos quais tomavam parte autoridades civis e militares dos países estrangeiros. Nessas ocasiões, o navio se transformava em um suntuoso recinto com o propósito de causar admiração e respeito nos espíritos dos convidados. Uma dessas ocasiões se deu em 17 de janeiro de 1881 a bordo da Corveta "Vital de Oliveira" prestes a encerrar a primeira viagem de circum-navegação realizado por um navio da Marinha do Brasil, e que estava aportada em Montevidéu (último porto antes de retornar ao Brasil):

> Foi recebido a bordo o presidente da República Oriental e o seu ministério, sendo-lhes servido um abundante lunch a que assistiram cerca de 400 pessoas entre senhoras e cavalheiros. Seguiram-se danças até as 7 horas da noite (...) as louças e objetos necessários para o almoço assim como a comida vieram do Grand Hotel de Paris (Scomazzon & Franco, 2020, p. 221).

Cada detalhe do episódio de Montevidéu permite identificar a materialidade social da alimentação: a abundância do lunch, as louças, a comida proveniente do Grand Hotel de Paris e a presença de cerca de quatrocentos convivas indicam que o prestígio da refeição dependia tanto do que se servia quanto da escala e da origem reputada dos serviços. Em contraste, no Cruzador "Almirante Barroso", a documentação enfatiza menos o cardápio e mais o efeito moral e visual do evento. Ao descrever a matinê oferecida à "fina flor" espanhola, Custódio de Mello relata que

> Fomos, em geral, muito bem recebidos pela população de Barcelona e para correspondermos a tanta gentileza demos, no dia 26 de maio [de 1890], uma matinée a bordo na qual tomaram parte (...) a fina flor, a creme da sociedade de Barcelona, a quem agradecemos a urbanidade com que nos tratou durante nossa estada nessa bela e encantadora cidade (Mello, 1896, p. 397).

A comparação entre a "Vital de Oliveira" e o "Almirante Barroso" permite distinguir dois usos da sociabilidade alimentar. Em Montevidéu, o lunch organizado para autoridades uruguaias assume dimensão de espetáculo coletivo, marcado pela abundância, pela música, pela dança e pelo recurso a serviços de restauração de prestígio. Em Barcelona, a matinê descrita por Mello e d'Almeida tem função de convencer a sociedade local de que a tripulação

brasileira, embora racialmente diversa, dominava os códigos de higiene, disciplina e urbanidade esperados de uma marinha moderna.

A promoção de tais eventos a bordo durante comissões de navios brasileiros ao exterior não eram raros. Um exemplo disso foi a viagem do Couraçado "Floriano" em 1901 à Itália, Portugal, França, Alemanha e Inglaterra, a qual, pelo seu caráter de missão diplomática, teve a vantagem de não enfrentar restrições orçamentárias quanto ao oferecimento de eventos a bordo do navio que pudessem impressionar aos convidados. Em Lisboa, um *lunch* foi servido a bordo do couraçado tendo por convidados de honra o Rei Dom Carlos e a Rainha consorte Amélia de Orléans: "A 20 do abril os monarcas visitaram o couraçado Floriano, onde lhes foram prestadas as devidas honras, sendo-lhes servido lauto lunch na Câmara belamente ornamentada com flores naturais" (Guedes, 1902, p. 186).

O mesmo evento seria tema de matéria publicada no Jornal do Brasil em 07 de maio daquele ano, na qual o correspondente discorre sobre os detalhes do ambiente preparado para receber os monarcas lusitanos:

> A sala estava lindamente decorada com flores, predominando as rosas e os lilases. A mesa tinha ricos centros de prata antiga com frutos, peças apinhadas de doces, e lindos jarrões com flores. A antessala, destinada à recepção da família real, era mobiliada com poltronas e sofás de damasco Renascença e ornamentadas com jarrões com flores. Em uma étagere, emoldurados em flores, os retratos do Rei e da Rainha. No salão onde as Majestades luncharam, apenas estavam a comitiva e os oficiais superiores, além do chefe de governo e dos funcionários brasileiros. Os outros convivas estavam na sala de jantar do navio (Jornal do Brasil, 7 maio 1901, p. 2).

Em conjunto, essas atividades revelam que a mesa funcionava como dispositivo comparável de representação: em todos os casos, o ato de receber, servir e ordenar os convivas convertia o navio em vitrine da civilidade brasileira; contudo, cada experiência modulava essa linguagem de modo distinto, conforme o público, o contexto político e o tipo de documentação a respeito do episódio. A comparação entre os relatos mostra que os eventos de mesa não eram equivalentes: variavam conforme o tipo de missão, o público recebido e os recursos disponíveis.

Há uma aparente timidez da alimentação nas fontes no que diz respeito aos tipos alimentares servidos e consumidos. Em muitos registros, a comida é menos descrita como composição culinária completa do que como parte de uma cena social: fala-se da taça de champagne, do *lunch*, dos doces, das frutas, das louças, das flores e da proveniência francesa

dos serviços, mas nem sempre de cardápios pormenorizados[10]. Essa pouca presença não deve ser tomada apenas como insuficiência documental, mas como indício do lugar ocupado pela alimentação nesses discursos: mais do que inventariar ingredientes, os oficiais procuravam registrar a capacidade de organizar uma mesa compatível com o que se queira enquanto padrão de civilidade.

Jean-Louis Flandrin, ao analisar as hierarquizações sociais construídas na Europa Moderna, em especial na França, aponta que as práticas alimentares foram cenário de projeção de distinção social, onde determinados grupos sociais se viam, a partir de seus gostos e gestos à mesa, como de estirpe superior a outros, de modo que:

> O bom gosto é a primeira virtude social que, no âmbito da vida mundana, refere-se tanto à interioridade quanto à aparência dos indivíduos. A polidez ou a eloquência se relacionavam com o comportamento dos indivíduos diante de outrem. O gosto refere-se ao que os indivíduos são, ao que sentem em sua relação com as coisas (Flandrin, 2009, p. 303).

Os oficiais dos navios deveriam portar-se como homens distintos, detentores de gostos refinados e elevada cultura letrada. Desse modo, ao participarem de eventos nos locais visitados, fossem eles oferecidos pela sociedade local ou pelo comandante do navio, os militares brasileiros deveriam dispor de instrumental cultural coadunado às exigências de

[10]Uma das exceções a essa constatação está no jantar do baile oferecido em 14 de janeiro de 1881, pelo embaixador brasileiro em Montevideu, Conselheiro Fellipe Lopes Netto, em sua residência. Tal baile tratou-se de uma homenagem aos tripulantes da Corveta "Vital de Oliveira" que estava prestes a finalizar a primeira viagem de volta ao mundo realizada pela Marinha do Brasil. Apesar de o evento não ter sido promovido pelos oficiais da Marinha, eles eram os homenageados, tendo sido o menu o seguinte: Entradas - Consommé de Volaille, Petits Pâtes aux Crevettes, Croquettes à la Duchesse, Baston de Poisson sauce verte, Galantine trufée, Filet de boeuf à la ruse, Jambon d'York, Foie Gras en Bellevue; Entremets - Charlotte Ruse, Gatêau Diplomate, Gelée Curaçao, Blanc Manger, Brioche á la Lyonnaise; Prato principal - Dinde Trufée; Sobremesas - Fruits, Glaces assorties; Bebidas - Marquise au Champagne, Chateau d'Yquem, Sauternes, Chateau Cos d'Estournel, Rhin, Champagne frappé, Madeira, Porto, Xerez, Liqueurs (Scomazzon & Franco, 2020, p. 216). Um dos exemplares do cardápio deste jantar faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Outro menu, desta feita, referente a um jantar oferecido a bordo do Cruzador "Almirante Barroso" em Nova Orléans em 29 de abril de 1886, consistia no seguinte: Entradas - Soupe aux Huitres à la Barataria, Consommé à la Reine, Salade de Crevettes à la Louisianaise, Mayonnaise de Volaille; Pratos principais - Galantine de Dinde Truffée em Bellevue, Langues à l'Écarlate, Jambon Glacé á l'Imperiale, Turbot à l'Anglaise, Filet de bouef à la Commodore, Paupiettes de veau aux petites pois, Dinde rotie au cresson; Sobremesas - Charlotte à la Brésilienne, Gelée Glacée au Marasquin, Crèmes Glacées [vanille et café], Gateaux assortis; Bebidas – Xerez, Sauternes, Pontel-Canet, Porto, Champagne. Um exemplar desse menu encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, também na cidade do Rio de Janeiro.

distinção social, tais como, comportamento à mesa, bom trato com ambos os sexos e apreciação da culinária considerada refinada.

Norbert Elias ao analisar a gênese da profissão naval na Inglaterra, apontando o surgimento da figura do oficial da Marinha de Guerra no século XVII a partir de um conflito (e depois da aglutinação de características) entre os "capitães-gentlemen" (cortesãos com alta posição na sociedade e expertise militar) e os "capitães-marujos" (homens de origem humilde, mas com vasta experiência na lida marítima), aponta que:

> Em tempos de paz como em tempos de guerra, oficiais navais frequentemente entravam em contato com representantes de outros países. Esperava-se que soubessem línguas estrangeiras, que agissem como representantes de seus próprios países com firmeza, dignidade e uma certa dose de diplomacia, e que se comportassem conforme as regras do que era considerado boa educação e civilidade (Elias, 2006, p. 92).

Cronologicamente, passados cerca de dois séculos dessa gênese da profissão naval inglesa e geograficamente há algumas milhares de milhas náuticas de distância do objeto de análise de Elias, a Marinha do Brasil do século XIX e princípio do XX, também forjou em seus ditames a manutenção dessa expectativa sob seus homens (especialmente no caso dos oficiais) com relação à "boa educação e civilidade" que estes militares deveriam possuir como fatores distintivos. A essa expectativa das autoridades navais brasileiras, somava-se uma autopercepção dos próprios comandantes e oficiais dos navios, os quais se viam como representantes da nação.

Essa percepção de si enquanto pertencentes a um grupo "culto", "polido" e com modos "civilizados" fez que os articuladores da revista da Liga Marítima Brasileira (todos oficiais da Marinha do Brasil) encararem a viagem de circum-navegação do Navio-Escola "Benjamin Constant" em 1908 e demais viagens internacionais dos navios da marinha brasileira nos seguintes termos:

> Essas viagens têm, pois, uma dupla ordem de conveniências: lucram nossos oficiais e marinheiros, elevando praticamente sua educação profissional e lucra o país cuja reputação e créditos assim se propagam, como os d'uma nação organizada e culta.
> (...)
> Assim se verifica a exatidão daquele conceito, que atribui à marinha de guerra o papel da verdadeira diplomacia armada em tempo de paz; diplomacia fecunda e eficiente, que aproxima os povos e propaga os créditos da cultura e da capacidade da nação, fazendo-a conhecida, respeitada e atraente às suas coirmãs do planeta (Liga Marítima, mar. 1908, pp. 26-27).

Diante disso, as experiências vividas pelos brasileiros em território estrangeiro durante tais viagens, onde os oficiais brasileiros, imiscuídos em um ambiente de alteridade, buscavam ser vistos como pertencentes de "uma nação organizada e culta", nos ensejam a dialogar com a ideia de "zonas de contacto" trabalhado por Mary Louise Pratt, as quais seriam:

> Espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação. (...) Espaço (...) no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada (Pratt, 1999, pp. 27-31).

De certa maneira, por mais cordiais que se demonstrassem as interações sociais com os estrangeiros nos relatos e relatórios dos oficiais brasileiros, uma certa tensão é intrínseca às "zonas de contacto", na medida em que os choques culturais são inevitáveis. Especificamente em nosso contexto, há a constante construção de hierarquias sociais e raciais em voga no período, o que fazia com que os militares brasileiros buscassem modos de serem vistos como igualmente "civilizados" nas nações que teoricamente possuíam e se percebiam como possuidoras de tal status.

E uma ocasião especialmente favorável para a construção dessa imagem se dava à mesa de refeições. Assim, nos Estados Unidos, em 1886, a tripulação do Cruzador "Almirante Barroso" foi recepcionada com um grande baile pelo Governador da Louisiana em Nova Orléans. Adolpho Caminha descreve em vivas cores o banquete servido nessa zona de encontros culturais[11], dando a ele traços de uma lauta refeição e demonstrando imensa satisfação pelo requinte e sugestão de ele, enquanto apreciador do sofisticado menu, deter, dessa forma certa distinção social:

> A melhor de todas as recepções que tivemos, não obstante o caráter oficial que a revestia, foi a do Governador da Louisiana, esplendido baile no Royal Hotel, no dia 8 de abril, ao qual compareceram todas as autoridades civis e militares da cidade em uniforme de gala. (...)
> Mesa abundantíssima e franca, desde a deliciosa sopa d'ostras com molho inglês, à mais fina champagne Clicot, com escala pela maionese de lagosta, fresca e picante, pelo suculento poisson à l'italliene, rubro e apetitoso... e tantos, meu Deus, e tantíssimos outros pratos maravilhosos inventados pela gula epicurista de todas as gerações desde lúculo até a nossa (Caminha, 1894, pp. 85-86).

[11]Um conceito similar ao de "zona de contacto" de Pratt é o que Peter Burke denomina de zonas de encontros culturais, os quais não são apenas "locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente" (Burke, 2006, p. 73).

Aqui o alimento aparece com maior materialidade: a sopa de ostras com molho inglês, a maionese de lagosta, o *poisson à l'italienne* e a champagne Clicquot. O que reforça a percepção de refinamento, cosmopolitismo e pertencimento a uma cultura de consumo elitizada. A ideia de distinção social percebida pelo gosto alimentar e comportamento à mesa esboçada por Flandrin ultrapassou a Era Moderna adentrando os séculos XIX e XX e, como demonstrado, pode ser vista nos escritos dos comandantes e oficiais dos navios brasileiros, os quais encaravam suas condutas em terras estrangeiras como dotadas de "bom gosto", "polidez" e "eloquência", isto é, constituintes de um refinamento típico da civilização, e assim este "refinamento da conduta diária nunca perde de todo (...) sua importância como instrumento de diferenciação social" (Elias, 1994, p. 115).

Nesse ponto, a narrativa de Caminha difere das demais fontes justamente por conferir maior densidade sensorial à alimentação. Enquanto os relatórios de Alvim, Mello e Guedes privilegiam o protocolo, a hierarquia e o prestígio institucional, Caminha descreve sabores, texturas, bebidas e pratos específicos. Essa diferença de registro reforça a importância de comparar não apenas os eventos, mas também os tipos documentais: a memória literária (como no caso do texto de Caminha) permite ver a comida com mais materialidade, ao passo que o relatório oficial tende a subordiná-la à linguagem da missão, da disciplina e da representação nacional.

Por outro lado, é curioso notar como há alguns lapsos de contraditoriedade imersos no discurso acerca da superioridade civilizacional europeia ante o Brasil, por parte daqueles que a apregoavam. O Comandante da Corveta "Imperial Marinheiro" que viajou à Europa em 1857, no mesmo relatório em que trazia diversos elogios à grande civilização europeia encarnada nas populações da Inglaterra, do Reino das Duas Sicílias e especialmente da França (conforme citamos anteriormente), em certo momento faz menção a dois episódios que destoariam dessa absoluta civilidade.

O primeiro desses momentos correspondeu à observação do Comandante Torres e Alvim a respeito da mendicância de quatro crianças em Palermo, que se aproximaram diariamente do navio brasileiro em uma pequena embarcação. A tripulação brasileira, compadecida com a situação de penúria das crianças, durante toda a estadia da corveta no local alimentou-os, vestiu-os, calçou-os, além do médico do navio ter tratado de uma das crianças que se achava doente. Quando da partida dos brasileiros Alvim faz a seguinte

ponderação com certo tom de sarcasmo: “Coitadinhos! Como não terão sentido a nossa ausência, e como não terão pedido a Deus por esses homens rudes e bons de terra estranha” (Correio Mercantil, 22 set. 1858, p. 1).

A miséria e mendicância infantil surgem aí como um contraponto às noções de riqueza e civilidade exaustivamente apregoadas como inatas às populações da Europa ocidental à época, enquanto os demais povos estariam às voltas com a barbárie e rudeza.

Em um outro momento de seu relatório, Alvim faz uma nova inflexão que toca diretamente a noção do que constituiria um povo civilizado. Após partir da Sicília a “Imperial Marinheiro” rumou a Argel, no norte da África, chegando à cidade, então um domínio francês, em meados de agosto de 1857. Ao desembarcar e ir para a terra, o comandante brasileiro se deparou com um criminoso no cadafalso, descrito pelo oficial como um “pobre mouro”, elaborando a partir deste episódio uma crítica à pena de morte aplicada pelo governo francês:

> Oh Deus! Matar é crime; mas punir de morte é virtude? O que é crime? O que é virtude? (...) Reparai em que sentido se dão os progressos da civilização; - no sentido material. O vapor, a eletricidade, a navegação aérea, o impossível, tudo é progresso material (...) Aí tendes o povo francês, o povo civilizado, generoso e bom um dia; no outro dia ontem, em 1848, reproduzindo na heroica cidade de Paris aqueles crimes nefastos de todos os tempos, de todas as gerações (Correio Mercantil, 31 dez. 1858, p. 1).

Assim, há nesse trecho um breve questionamento acerca da contradição da noção do que seria à época um “povo civilizado”, entre as distinções de progresso material e a noção de virtude e moral. A mesma França que para Torres e Alvim seria “nobilíssima e educada”, estando no topo da civilização e por essa razão servindo de exemplo ao Brasil, também era capaz de cometer “crimes nefastos”.

Essa articulação discursiva, porém, não era uma constante nos relatos e relatórios de comandantes e oficiais navais brasileiros aqui investigados, nem mesmo na maior parte do relatório do Capitão de Fragata Torres e Alvim, pelo contrário trata-se de uma pequena exceção, estando tais escritos repletos de hierarquizações sociais e distinções entre as nações tendo por fator basilar a demonstração que os militares brasileiros da Marinha de guerra, em especial os oficiais, já apresentavam essa pretensa civilidade cujo modelo eram as potências europeias ou os Estados Unidos.

Tal comportamento tornava-se ainda mais latente nas ocasiões em que os militares brasileiros puderam ser comensais enquanto convidados ou anfitriões compartilhando refeições, trocando palavras à mesa e retribuindo gentilezas nos portos onde passavam, de modo que o ato de compartilhar refeições tornou-se um elemento determinante do que se compreendia como civilidade a partir do que e de como o indivíduo comia, bem como da maneira como se portava, sendo elemento presente na documentação produzida durante tais viagens realizadas por navios da Marinha do Brasil na segunda metade do século XIX e princípio do XX.

Considerações finais

A comparação entre relatórios oficiais, memórias de viagem e notícias publicadas na imprensa permite concluir que as práticas alimentares e os comportamentos à mesa desempenharam papel central na construção discursiva da Marinha do Brasil como força civilizada, moderna e apta a representar a nação em espaços internacionais. Embora os documentos nem sempre apresentem cardápios completos ou descrições sistemáticas das refeições durante os eventos aqui apresentados, eles tornam visível uma cultura alimentar de elite na qual o banquete, a *matinée*, o *lunch*, a recepção e até a caridade alimentar operavam como formas de instrumentalização diplomática.

Logicamente a abordagem aqui realizada não se direcionou à alimentação cotidiana dos oficiais e praças embarcados nos navios da Marinha brasileira. Em outras ocasiões já tivemos a oportunidade de abordar o assunto sob esse prisma[12], mas cabe aqui ressaltar que o que se comia a bordo no dia a dia era totalmente diferente do que era oferecido nos grandes e pequenos eventos abordados. Ao mesmo tempo, havia uma grande distinção entre o que oficiais e praças comiam, estando estes últimos muito mais dependentes das tabelas de rações alimentares em voga, enquanto aos oficiais havia a vantagem de perceberem em suas remunerações as "comedorias", ou seja, recursos pecuniários voltados à aquisição de suas refeições. Jaime Rodrigues, ao analisar a alimentação marítima nas viagens transoceânicas entre os séculos XVI e XIX, aponta que:

> Em situações normais, a dieta e a quantidade de alimentos eram fatores de distinção social e de reforço da hierarquia a bordo (...). Oficiais e marinheiros comuns, submetidos a longas jornadas no mar (mas em condições de trabalho diferentes), não

[12] A esse respeito sugerimos os artigos em coautoria de Oliveira Filho & Messias (2020a, 2020b, 2020c, 2022).

> se alimentavam da mesma forma em razão da condição social de cada um deles (Rodrigues, 2020, p. 374).

Do ponto de vista comparativo, os episódios analisados no presente artigo demonstram simultaneamente continuidades e diferenças. A continuidade reside na associação recorrente entre mesa, disciplina, distinção e representação nacional. As diferenças aparecem nos públicos envolvidos, nos contextos geopolíticos, nos tipos de fonte e nas formas de narrar a alimentação. Assim, a alimentação deixa de ser elemento acessório e passa a constituir uma chave para compreender hierarquias sociais, encontros culturais e projetos de imagem nacional.

Referências

ALBERT, Jean-Marc. **Às mesas do poder: dos banquetes gregos ao Eliseu**. Tradução de Lea Zylberlicht. São Paulo: Editora Senac, 2011.

ALGRANTI, Leila Mezan. Acolher, receber, alimentar (Rio de Janeiro: 1808-1823). *In*: ALGRANTI, Leila Mezan & MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). **História da Alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sonia Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Volume 1: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. *In*: ELIAS, Norbert. **Escritos e Ensaios 1**: Estado, processo, opinião pública. Tradução de Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. *In*: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3**: Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. Tradução de Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora Senac, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro & MESSIAS, Luana Costa Pierre de. Da circum-navegação da Vital de Oliveira às novas tabelas de rações: alimentação e saúde a bordo dos navios da Marinha Imperial Brasileira, 1879-1886. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, pp.1285-1308, out.-dez. 2020a.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro & MESSIAS, Luana Costa Pierre de. “Se as glórias militares matassem a fome”: A alimentação na Marinha Imperial brasileira durante a Guerra da Tríplice Aliança. In. **Revista História e Cultura**. Vol. 9, Nº 2, 2020b.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro & MESSIAS, Luana Costa Pierre de. O elogio à cachaça: o discurso médico-naval sobre os benefícios do consumo de aguardente a bordo dos navios da Marinha Brasileira no século XIX. In. **Revista Ingesta**. V. 2, N. 1, pp. 31-52, 2020c.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro & MESSIAS, Luana Costa Pierre de. “O problema mais importante da hygiene naval”: Olhares médicos sobre a alimentação na Marinha do Brasil na primeira década do século XX. In. **Humana Res**, V. 4, N. 6, pp. 119-142, 2022.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.

QUELLIER, Florent (Org.). **Histoire de l’Alimentation : de la Préhistoire à nos jours**. Paris: Belin Éditeur, 2021.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação na vida marítima, séculos XVI-XIX. In. ALGRANTI, Leila Mezan & MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). **História da Alimentação: Brasil séculos XVI-XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

SCHEMEIL, Yves. Banquetes públicos: redes de sociabilidade no mundo. In. MONTANDON, Alain (Org.). **O Livro da Hospitalidade: acolhida ao estrangeiro na história e nas culturas**. Tradução de Marcos Bagno e Lea Zylberlicht. São Paulo: Editora Senac, 2011.

SCOMAZZON, Marli & FRANCO, Jeff. **Primeira circum-navegação brasileira e primeira missão do Brasil à China (1879)**. Florianópolis: Dois por Quatro, 2020.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Volume 1. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Fontes documentais

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 20 mar. 1858, p. 1.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 24 maio 1858, p. 1.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 16 jun. 1858, p. 1.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 22 set. 1858, p. 1.

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, 31 dez. 1858, p. 1.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 07 maio 1901, p. 2.

LIGA MARÍTIMA. **A volta do mundo**. Ano I, nº 9, Rio de Janeiro: março de 1908.

Fontes bibliográficas

CAMINHA, Adolpho. **No paiz dos yankees**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.

D'ALMEIDA, Theophilo Nolasco. **O "Almirante Barroso" à volta do mundo.** Rio de Janeiro: Typographia da Papelaria União, 1902.

GUEDES, Duarte Huet de Bacellar Pinto. Extracto do relatorio da viagem do couraçado "Floriano", em missão especial à Itália, Portugal, Allemanha e Inglaterra. **Revista Marítima Brasileira**. Ano XII, N. 2. pp. 179-202. Rio de Janeiro: 1902.

MELLO, Custódio José de. **Vinte e um mezes ao redor do planeta: descripção da viagem de circumnavegação do cruzador "Almirante Barroso".** Rio de Janeiro: Cunha & Irmão Editores, 1896.

PINTO, Francisco Pereira. Descripção da viagem da Corveta Bahiana a alguns portos do Pacifico. In. **Revista Marítima Brasileira**, Ns. 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, jan., fev., mar. abr. e maio Rio de Janeiro: Typographia da Viúva Vianna Junior, 1854.

VEIGA, Luiz Agapyto da. **Viagem da Corveta Vital de Oliveira ao Oceano Pacífico no anno de 1876**. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1877.

Recebido: 27/03/2026

Aprovado: 24/08/2026